

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Governo federal



Recursos foram desviados do DNOCS

Só um escândalo pode parar farra orçamentária

Ao final deste ano, o governo terá liberado algo em torno de R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares ao orçamento. Tentativas de segurar essa farra orçamentária foram contidas. O Congresso desidratou a regra que permitiria ao governo fazer bloqueio de parte dessas emendas no ano que vem. Boa parte das restrições que o Supremo Tribunal Federal (STF) impunha foram

ignoradas nas liberações feitas nos últimos dias para aprovar o pacote de corte de gastos: mais de R\$ 7 bilhões. A tendência é que o ano de 2025 acabe com uma liberação de emendas ainda mais alta que a deste ano. A única coisa que talvez consiga segurar esse guloso apetite dos parlamentares pelo dinheiro público que repassam com emendas é um grande escândalo.

Overclean

É o que já se vê no curso da Operação Overclean, da Polícia Federal. Diversas irregularidades em repasses para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A partir de emendas parlamentares. Em vários estados do país, mas especialmente na Bahia.

União

Uma possibilidade que se ensaia é que detalhes apareçam como resultado da grossa briga no União Brasil. Este ano, ela foi parar nas páginas policiais, após um incêndio na casa do presidente do partido, Antônio Rueda, que ele atribuiu ao antigo presidente, Luciano Bivar.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Luciano Bivar detona a cúpula do União Brasil

Bivar diz que escândalo envolve a cúpula do União

Bivar não se conforma com a forma como foi defenestrado da presidência do União Brasil. O partido é resultado da fusão do PSL, ex-partido de Jair Bolsonaro, que ele presidia, com o DEM. Bivar inicialmente ficou presidindo a nova sigla. Até a articulação que colocou no comando Rueda, apoiada por nomes como

o ex-prefeito de Salvador ACM Neto. Agora, Bivar afirma que a nova cúpula do União está totalmente vinculada ao escândalo. Que envolve também um empresário, Marcos Moura, conhecido pelo no mínimo curioso epíteto de "Rei do Lixo". O neto de Antonio Carlos Magalhães nega qualquer envolvimento.

Outros casos

O escândalo agora investigado não é o único envolvendo emendas. Um caso, inclusive, envolve um ministro, Juscelino Filho, que já foi, inclusive, indiciado. Outro envolve os deputados - Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE).

Covid

"Como eu acompanhei na pandemia de covid-19, foram bilhões e bilhões desviados na área de saúde", afirma Vanderlan. "Toda área é prioritária, mas principalmente saúde, educação e assistência social é onde o pessoal mais age, aqueles que cometem esses crimes".

Crime

Pelo menos, em contrapartida, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em caráter terminativo, na quarta-feira (18), projeto do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que aumenta a pena por desvios de recursos na saúde, educação e seguridade.

Desvios

Segundo o Instituto Ética Saúde, cerca de R\$ 15 bilhões foram desviados na saúde pública nos últimos anos. Boa parte desses recursos oriundos de emendas. Escondidas. Nada transparentes. E liberadas em valores cada vez mais altos. Numa escala perigosa.

Câmara dos Deputados aprova pacote de gastos

Duas medidas precisam ainda passar pelo crivo do Senado

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quinta-feira (19) a aprovação das propostas que compõem o pacote de corte de gastos enviado pelo Ministério da Fazenda. Foram analisadas a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 4614/2024. O PLP 210/2024, por sua vez, já havia sido aprovado na quarta-feira (18) na Câmara e, também nesta quinta, foi aprovado pelo Senado por 72 votos a 1. Com isso, o primeiro projeto aprovado pelas duas Casas será enviado para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Até o fechamento desta edição, continuava a sessão do Senado para a possível aprovação das demais propostas.

A PEC 45/2024, relatada pelo deputado Moses Rodrigues (União-CE), foi discutida pela primeira vez na quarta-feira, quando foi apensada à PEC 31/2007. No entanto, devido à falta de consenso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu suspender a sessão e retomar as discussões no dia seguinte. No primeiro turno, a proposta foi aprovada com 344 votos a favor e 154 contra, e no segundo turno, o apoio cresceu, com 348 votos favoráveis e 146 contrários.

A apensação das PECs permitiu que as duas propostas tramitassem conjuntamente. Assim, a PEC 45/2024 seguiu em frente, "pegando carona" na PEC 31/2007, que já es-



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Lira: senhor absoluto da condução da votação do pacote

tava em estágio avançado de tramitação na Casa.

Benefícios e Fundo

Já o PLP 4614/2024, sob relatoria do deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), foi aprovado com 264 votos favoráveis e 209 contrários. No caso deste projeto, destacam-se as medidas voltadas à revisão dos beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além da atualização do Cadastro Único (CadÚnico). O projeto também propõe mudanças nos reajustes do salário mínimo, que continuaria a ser corrigido acima da inflação, mas dentro dos limites estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal.

A mobilização da bancada do Distrito Federal foi decisiva

para que a proposta de alteração do FCDF fosse retirada do relatório. O fundo, que financia gastos do Distrito Federal em áreas como segurança pública, saúde e educação, teve sua forma de reajuste defendida. O governo havia sugerido substituir o cálculo atual, feito com base na Receita Corrente Líquida, pela correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), o que poderia resultar em uma redução de até R\$ 1 bilhão no fundo.

A PEC 45/2024 também inclui a redução gradual do abono salarial, atualmente pago a quem ganha até dois salários mínimos, com uma regra de transição até 2035; a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032; mudanças no Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), entre outros.

No que diz respeito ao Fundeb, a Câmara alterou o texto inicial, que previa que a União deveria destinar até 20% dos seus recursos ao ensino integral, agora será reduzido para 10%, além de transferir a responsabilidade dos governos estaduais e municipais para a implementação do programa.

Lira

A participação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi considerada fundamental para fazer o pacote ser aprovado. Mesmo com a ampla liberação de emendas orçamentárias - que chegaram a mais de R\$ 7 bilhões - nos últimos dias.

Veja os principais pontos do pacote de gastos aprovado

Por Rudolfo Lago

O pacote de corte de gastos foi aprovado, mas o Congresso acabou desidratando as propostas originais apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o que tornará mais complexo o esforço do governo para não ultrapassar o teto previsto no arcabouço fiscal. Essa foi uma das razões que levaram à elevação do dólar ao patamar recorde de R\$ 6,26 na quarta-feira. O pacote começou a ser votado na terça-feira (17) e concluído na quinta-feira (19).

O pacote incluiu o projeto de Lei Complementar 210/2024, que teve seu texto-base aprovado na noite de terça-feira (17). O texto estabelece mudanças nas regras do arcabouço fiscal, o conjunto de normas que o governo precisa seguir para não estourar o teto de gastos. E permite ao governo fazer o bloqueio de emendas parlamentares, embora esse ponto tenha sido desidratado.

O pacote inclui ainda o PLP 4.614/2024. E a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 45/2024. A estimativa do governo é que as medidas promovam uma economia de R\$ 70 bilhões até 2026.

Veja abaixo os principais pontos do pacote proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad:

Benefícios

O PLP 210 estabelece que qualquer criação ou prorrogação de benefícios fica limitada à regra de crescimento real do marco fiscal. Gatilhos impedi-



Paulo Pinto/Agência Brasil

Mudanças reduziram margem de manobra do governo

rão o aumento se houver déficit nas contas.

Emendas

O governo fica ainda autorizado a bloquear até 15% do valor das emendas parlamentares que não foram impositivas (obrigatórias). Na proposta original, essa possibilidade abarcava qualquer tipo de emenda.

SPVAT

O pacote original previa a criação do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). Ele substituiria o DPVAT (Danos Pessoais às Vítimas de Acidentes de Trânsito), que deixou de ser cobrado no governo Jair Bolsonaro. A oposição derrubou o imposto, que garantiria mais receita ao governo.

Salário mínimo

O PLP 4.614 limita a possi-

bilidade de aumento do salário mínimo às regras do arcabouço, que limitam o crescimento da despesa a 70% da variação da receita. Hoje, a regra prevê que o salário mínimo aumente conforme a inflação do ano anterior mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos dois anos anteriores.

BPC

O pacote também prevê mudanças no pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estabelece proteção social a pessoas em vulnerabilidade. A proposta é tornar mais rigorosa as regras para quem recebe o benefício, sua composição familiar e o cálculo da sua renda.

Abono salarial

A PEC 45 muda as regras. Hoje, ela garante o pagamento de um salário mínimo

anual a quem recebe até dois salários mínimos. A PEC fixa o pagamento a quem recebe até R\$ 2.640 até chegar a 1,5 salário mínimo.

Imposto de renda

Embora o pacote vise cortar gastos, quando foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mencionou-se também que o governo cumpriria uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda dos atuais R\$ 2.824 para R\$ 5 mil. Essa proposta, no entanto, não está incluída no pacote. Segundo Haddad, ela deverá ser enviada ao Congresso no ano que vem. No momento do anúncio, porém, ela gerou repercussão negativa no mercado, que entendia que o governo misturava os temas.